CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 255.20.44 - CEP: 01045-903
FAX Nº 231-1518

PROCESSO CEE Nº: 573/71 - Reautuado em 24-07-95
INTERESSADA: Faculdade de Direito de Franca
ASSUNTO: Reformulação Geral do Regimento
RELATOR: Cons. João Gualberto de Carvalho Meneses
PARECER CEE Nº 603/95 - CETG - APROVADO EM 18-10-95

CONSELHO PLENO

1. RELATÓRIO

1.1. HISTÓRICO

A direção da Faculdade de Direito de Franca encaminha a este Conselho, para apreciação e aprovação, pedido de revisão geral e reformulação de seu Regimento.

1.2 APRECIÇÃO

O Regimento em vigor da Faculdade de Direito de Franca foi aprovado pelo Parecer CEE nº 2.119/81, sofrendo posteriormente várias alterações, a última das quais aprovada pelo Parecer CEE nº 212/94.

Da análise do Regimento proposto, constatamos que o mesmo está dividido em dez títulos, desdobrados em capítulos e seções, contendo 226 (duzentos e vinte e seis) artigos e quatro anexos que versam sobre:

- ANEXO I - Regulamentação do Concurso Vestibular, onde são especificados a forma do concurso, as normas para sua realização, as provas, os critérios de avaliação e classificação, a matrícula e os prazos de validade do concurso;

PROCESSO CEE Nº 573/71

PARECER CEE Nº 603/95

- ANEXO II - Fixação do número de vagas para o Curso de Graduação de Direito - 225 (duzentas e vinte e cinco) vagas, sendo 75 (setenta e cinco) para o período diurno e 150 (cento e cinqüenta) para o período noturno;

- ANEXO III - Estrutura Curricular do Curso de Graduação em Direito - aprovada pelo Parecer CEE nº 212/94, com uma carga horária de 3.120 h/a e 5 (cinco) anos de duração.

- ANEXO IV - Organização e Composição dos Departamentos - as disciplinas do curso estão agregadas, de acordo com sua afinidade, nos seguintes departamentos:

- 1 - Departamento de Matérias Básicas e Complementares;
- 2 - Departamento de Direito Privado;
- 3 - Departamento de Direito Público; e
- 4 - Departamento de Estágio Profissional

Fazemos ainda os seguintes destaques em relação ao conteúdo de alguns artigos do texto regimental:

- a escolha do Diretor e do Vice-Diretor é feita pelo Prefeito Municipal dentre os nomes constantes de listas tríplices apresentadas pela Congregação, com mandato de dois anos, permitida uma recondução.

- na questão da avaliação escolar ficou estabelecido que o aluno (deverá obter nota mínima 5,0 (cinco inteiros) de aproveitamento anual para que possa ter direito

PROCESSO CEE Nº 573/71

PARECER CEE Nº 603/95

de realizar os exames finais, sendo promovido, se a média aritmética desse exame com a média de aproveitamento anual for igual ou superior a 5,0 (cinco inteiros). Estabelece ainda que aqueles que obtiverem média de aproveitamento não inferior a 7,0 (sete inteiros), na disciplina, estarão dispensados dos exames finais. Foi mantida a 2ª época.

- a integralização do currículo far-se-á por meio de sistema de créditos atribuídos às disciplinas, respeitada a seqüência hierarquizada; o crédito é uma unidade de medida do trabalho escolar equivalente a 15 horas-aula. Para obtenção do diploma deverá o aluno atingir a soma dos créditos fixada na estrutura curricular deste Regimento.

Todas as sugestões apresentadas pela Assistência Técnica referentes à correção de imperfeições, redação, renumeração e citação de artigos, bem como supressão de outros que versavam sobre mesma matéria e reformulação daqueles que de alguma forma não atendiam à legislação vigente foram acatadas pela interessada.

Assim, o documento final, constante dos autos, apresenta-se, em geral, bem elaborado, cobrindo com segurança toda matéria pertinente e disciplinando de forma suficiente e adequada a organização e funcionamento dessa entidade de ensino superior, estando atendidas as exigências deste Conselho e do Conselho Federal de Educação.

PROCESSO CEE Nº 573/71

PARECER CEE Nº 603/95

2. CONCLUSÃO

À vista do exposto, aprova-se a reformulação geral do Regimento proposto pela Faculdade de Direito de Franca para vigorar a partir do ano letivo de 1995.

São Paulo, 24 de julho de 1995.

a) Cons. João Gualberto de Carvalho Meneses
Relator

3. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU adota, como seu Parecer, o Voto do Relator.

Presentes os Conselheiros: Afonso Celso Fraga Sampaio Amaral, Benedito Olegário Resende Nogueira de Sá, Eduardo Storópoli, Frances Guiomar Rava Alves, João Gualberto de Carvalho Meneses, José Mário Pires Azanha, Maria Cristina Ferreira de Camargo e Melânia Dalla Torre.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1995.

a) Cons. José Mário Pires Azanha
Presidente

PROCESSO CEE Nº 573/71

PARECER CEE Nº 603/95

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 18 de outubro de 1995.

a) Cons. FRANCISCO APARECIDO CORDÃO
Presidente